

DOIS DEDOS DE

PROSA

Nº104 Recife|PE Dezembro|2022



A expectativa é de um governo que aponte novas possibilidades e renovação

O Dois Dedos de Prosa conversou com duas pessoas que estão na equipe de transição do Governo Lula. Teresa Leitão é a primeira mulher na história de Pernambuco a conquistar uma cadeira no Senado Federal, e Alexandre Henrique Pires, coordenador do Centro Sabiá, que já compôs as Executivas da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e da Articulação Semiárido (ASA Brasil), e está no Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Agrário no governo de transição.

Leia as entrevistas completas na páginas 4 e 5

Lula vence o segundo turno e volta para o terceiro mandato de presidente

Aos 77 anos, petista venceu Jair Bolsonaro e terá inédito 3º mandato; campanha foi marcada por polarização histórica. Atual ocupante do Planalto é o 1º presidente que não consegue se reeleger desde a redemocratização.



Mais de um agrotóxico liberado por dia

Página 2



Programa Cisternas resistiu à era Bolsonaro

Página 7



Brasil de volta ao tabuleiro do jogo climático

Página 3

Por Maria Menezes

Estagiária de Comunicação do Centro Sabiá

Chegamos ao fim de 2022 com mudanças significativas para o cenário político do Brasil. Depois de quase 4 anos de luta por parte dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil, vimos a democracia se restabelecer através das eleições de 2022. Um novo governo assumirá a partir do dia primeiro de janeiro, e o que nós podemos esperar?

Nesta edição do Dois Dedos de Prosa, avaliamos em que lugar o Brasil está após o governo Bolsonaro, bem como sobre as expectativas para 2023 e o novo governo Lula. Conversamos com Teresa Leitão e Alexandre Henrique Pires, que compõem a equipe do governo de transição sobre as dinâmicas, os desafios e o espaço que as políticas para o campo e para o Semiárido brasileiro estão tendo no processo.

Falamos também sobre o gabinete do ódio que se instaurou através das fake news, sobre os mais de 1600 tipos de agrotóxicos que foram liberados em pouco mais de 3 anos de governo, e sobre a volta da desnutrição ao nosso país.

Boa leitura!

Mais de um agrotóxico liberado por dia 1.682 novos agrotóxicos no país são herança deixada pelo Governo Bolsonaro

Por Maria Cristina Aureliano

Agrônoma e coordenadora técnico-pedagógica do Centro Sabiá



Açony Santos/Acervo Centro Sabiá

Existem hoje 3.748 agrotóxicos comercializados no Brasil, 45% deles aprovados durante o governo Bolsonaro. A consequência disso é mais veneno nos alimentos e na água que consumimos. Não é novidade o impacto dos agrotóxicos na saúde da população; a novidade são as evidências de como eles estão cada vez mais fazendo parte do nosso dia a dia.

Segundo dados do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano – SISAGUA, do Ministério da Saúde, um em cada 4 municípios do Brasil tem pelo menos 27 tipos diferentes de agrotóxicos na água potável. Os níveis de concentração de agrotóxicos permitidos pela legislação brasileira na água tratada chegam a ser, no caso de alguns produtos, mil vezes maiores do que o permitido pela União Europeia. Será que os brasileiros

são mais resistentes aos agrotóxicos do que outras populações do planeta?

Pesquisa recente apresentada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC mostrou que diversos alimentos ultraprocessados à base de leite e carne possuem até 6 tipos diferentes de resíduos de agrotóxicos.

Não é de hoje que a legislação brasileira é precária e permissiva com os agrotóxicos, e joga a favor deles com isenções e redução de impostos. Mas essa situação pode piorar com o PL 1.459/22 que tramita no Senado. Este PL não cobre as lacunas da fiscalização e reavaliação de produtos e deixa o controle da autorização de novos agrotóxicos apenas como atribuição do Ministério da Agricultura, retirando o Ministério da Saúde, a Anvisa, o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama desse processo. Não há nível seguro de uso de agrotóxicos e o novo governo precisa ser um aliado nesta luta!

Confira a campanha permanente contra os agrotóxicos

“#VenenoÉFeitoPara Matar”:



VENENO É FEITO PARA MATAR

Expediente:

Dois Dedos de Prosa é uma publicação do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá. Rua do Sossego, 355, Santo Amaro, Recife/PE – CEP: 50100.150 – Fone: (81) 3223.7026 e (81) 3223.3323 – Email: sabia@centrosabia.org.br – www.centrosabia.org.br – DIRETORIA - Presidenta: Edna Maria do Nascimento Silva. Vice-presidenta: Sônia Lúcia Lucena Sousa de Andrade. Secretária: Joana Santos Pereira. Conselho Fiscal: Maria Verônica de Santana, Marilene Nascimento Melo e Tone Cristiano Feliciano da Silva. COORDENAÇÃO COLEGIADA - Coordenador Colegiada: Alexandre Henrique Bezerra Pires, Carlos Magno de Medeiros Moraes e Maria Cristina Aureliano de Melo. EQUIPE TÉCNICA NOS TERRITÓRIOS: Antônio Bezerra Jr., Cleide Amador, Edgar Caliente, Eliane Nery, Jefferson Vasconcelos, Juliana Peixoto, Maria Edineide, Nicléia Nogueira, Orlando Santana, Raimundo Bertino, Rivaneide Almeida. EQUIPE ADMINISTRATIVO FINANCEIRA: Demetrius Falcão, Elivânia Leal, Iran Severino, Ivanildo Júnior, Jullyana Lucena, Natália Porfírio, Pedro Eugênio e Vânia Luiza. NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO: Carol Barretos, Darlilton Silva, João Lucas França, Maria Leticia Menezes (estagiária) e Rosa Sampaio. NÚCLEO DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS: Breno Lacet. ASSESSORIAS: Anierica Almeida (Agricultura Urbana) e Janaina Ferraz (Juventudes). O Trabalho do Centro Sabiá recebe apoio das seguintes organizações: Misereor/KZE, Terre des Hommes Schweiz, Cáritas Alemã, Manos Unidas, Progettoomondo, Inter-American Foundation (IAF), BNDES, Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), Fundo Estadual de Meio Ambiente/Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco (FEMA/SEMAS). EDIÇÃO: Darlilton Silva, João Lucas França, Maria Leticia Menezes. PROJETO GRÁFICO: Kelen Linck. DIAGRAMAÇÃO: Carol Barreto. IMPRESSÃO: MXM Gráfica e Embalagens Ltda. TIRAGEM: 1000 (hum mil) exemplares.

Apoio: **terre des hommes schweiz** Oportunidades para Jovens

Redes e articulações:



Brasil de volta ao tabuleiro do jogo climático

Por Carlos Magno

Mestre em Agroecologia e coordenador de mobilização social do Centro Sabiá

A Conferência das Partes para as mudanças climáticas, conhecida como COP27 teve lugar no Egito no último mês de novembro. Foi um evento de relevância internacional, reuniu chefes de estado, organizações da sociedade civil e também empresas de todo o mundo para discutir medidas para frear o aquecimento global.

Os resultados da COP27 ainda serão implementados na prática, mas se avançou em acordos com relação às perdas e danos, que é um dispositivo que garante que países industrializados (eixo Europa-Estados Unidos-Canadá) possam financiar o processo de adaptação às catástrofes climáticas que já acontecem nos países pobres. Na prática, este aumento da temperatura não foi causado por emissões de gases de efeito estufa (CO2) hoje, mas sim devido à revolução industrial, onde estes países foram os principais emissores de gases, eventos que aconteceram há quase 100 anos atrás.

Ao mesmo tempo foram feitas avaliações negativas sobre o avanço das discussões sobre o uso de combustíveis fósseis. O petróleo continuará sendo a força motriz do desenvolvimento, ainda que haja outras fontes de energia, como a solar, eólica e mais recentemente, o hidrogênio verde.

E porque tantas expectativas para o retorno do Brasil? A primeira coisa é que o governo Bolsonaro foi na contramão de todos os acordos e intenções de diminuir a emissão de CO2. Atualmente, o Brasil é o quarto emissor de CO2 no mundo, atrás apenas de Estados Unidos, China e Rússia, mas a pegadinha é que estes três países emitem gases a

Ricardo Stuckert/Divulgação



partir da queima de combustíveis fósseis, já o Brasil, pelo desmatamento e agropecuária. Outro motivo importante é que grande parte da floresta amazônica está localizada no Brasil, e essa floresta tem a mesma importância de manter o equilíbrio do clima global que tem os glaciais nos pólos e oceanos, ou seja, a destruição da Amazônia atingirá todo o planeta. Há um fator que muita gente não sabe: não é preciso destruir a floresta inteira para que haja um impacto global. Se destruímos 25% da floresta, ela entrará em desequilíbrio e aos poucos, mudará completamente.

Por último, a eleição do presidente Lula trouxe muito ânimo e a certeza das mudan-

ças dos rumos das políticas ambientais do Brasil, e mesmo ainda não sendo oficialmente o presidente, Lula foi convidado para participar do evento, onde fez um discurso de esperança, retomando o protagonismo do Brasil na área ambiental. Como o próprio Lula disse em seu discurso, “Quero dizer que o Brasil está de volta”.





A expectativa é de um governo que aponte novas possibilidades e renovação

A equipe de transição aposta no avanço das políticas públicas para o campo e a cidade e na valorização do diálogo com a sociedade

Por Laudence Oliveira

Jornalista

O Dois Dedos de Prosa conversou com duas pessoas que estão na equipe de transição do Governo Lula. Teresa Leitão é educadora, sindicalista, deputada estadual por cinco mandatos e agora primeira mulher na história de Pernambuco a conquistar uma cadeira no Senado Federal, eleita pelo PT com mais de 2 milhões de votos. Também falou com Alexandre Henrique Pires, coordenador do Centro Sabiá, que já compôs as Executivas da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e da Articulação Semiárido (ASA Brasil), que está no Grupo de Trabalho (GT) no governo de transição com a tarefa de discutir e formatar políticas públicas para o Semiárido, para o campo brasileiro. Acompanhem as entrevistas abaixo.

Teresa Leitão

DDP – Você assinou a carta-compromisso da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que pauta, entre tantas outras, políticas públicas para agricultura familiar, agroecologia e reforma agrária. Para você, como essas pautas serão tratadas com a formação do atual Congresso eleito?

Teresa – É notório que teremos um Congresso conservador e as pautas voltadas ao desenvolvimento sustentável terão que ser muito negociadas e objeto de muita mobilização e articulação. O bloco de esquerda vai precisar de



Divulgação/Assessoria Teresa Leitão

muita unidade interna e capacidade de diálogo com outros setores do Congresso, posicionados ao centro, para evitar novos retrocessos. Reafirmo que a força da mobilização dos movimentos é muito importante, assim como as experiências exitosas existentes.

DDP – O que podemos esperar do governo Lula, para enfrentar a situação da população desassistida do campo e da cidade?

Teresa – Todo esforço inicial está sendo feito para aprovação da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) da Transição.





Darlton Silva/Acervo Centro Sabiá

visando assegurar a manutenção do Auxílio Brasil de 600 reais com o adendo da cota de 150 reais por criança de 6 anos abaixo. Esse é um movimento inicial que será seguido de medidas estruturantes, seja no orçamento, seja na implementação de políticas públicas.

DDP – Que expectativa podemos ter do novo governo Lula? E que contribuição você poderá dar para esse governo?

Teresa – Um governo voltado para os pobres, com retorno da participação popular. No entanto, pelo que estamos vendo na transição, vamos encontrar muita terra arrasada para começar a reconstrução. Será um governo que resgatará a credibilidade internacional. Minha contribuição vai ser na relação estratégica que o executivo precisa restabelecer com o Congresso Nacional e defender os projetos de Lula no Senado.

Alexandre Henrique Pires

DDP – Como você se sente, enquanto Articulação Semiárido, sendo chamado para compor a equipe de transição do governo Lula?

Alexandre – Primeiro é importante dizer que o convite, quando chega pra ASA, é um reconhecimento do papel e da importância

que ela tem na construção, no monitoramento e na gestão de políticas públicas pra convivência com o Semiárido, pro acesso ao direito à água, pra segurança alimentar e nutricional no Brasil. Eu fico muito feliz, porque ser indicado pela ASA é um reconhecimento sobre as minhas capacidades, minha contribuição e acúmulo dentro da própria ASA, na coordenação do Sabiá, no Núcleo Executivo da ANA.

DDP – No que você acredita poder contribuir estando nesse espaço tão importante?

Alexandre – O público que a ASA tem trabalhado é de camponês, agricultores/as, assentados de reforma agrária, quilombolas, indígenas. São vários segmentos do campo. Então, estar na equipe de transição para discutir o desenvolvimento agrário, nos traz uma responsabilidade de aportar a esse grupo toda experiência e acúmulo que a ASA tem, enquanto rede nacional de defesa da convivência com o Semiárido, da agroecologia, do direito a água, da segurança alimentar para a população do campo. Então eu acredito que a nossa contribuição acontece a partir dessa vivência, dessa trajetória da ASA.

DDP – Que expectativa podemos ter com o

novo governo em relação às políticas Públicas para o Semiárido, para agricultura familiar?

Alexandre – O que eu tenho escutado é que o programa de cisternas é estratégico e fundamental para o governo Lula. É importante para os povos do Semiárido e prioritário para o governo Lula. Então a gente tem uma expectativa de retomada imediata, logo nos 100 primeiros dias, do programa de cisternas, para que a gente possa voltar a dinamizar os processos de gestão da água, de mobilização social dos povos do Semiárido em torno do direito à água. Há uma expectativa também de que se consiga avançar no conjunto de inovações nas políticas públicas para esse novo ciclo. Pensar como se discute com o novo governo processos de participação direta, de participação local, comunitária, territorial na gestão e na implementação das políticas públicas desse novo ciclo. São as expectativas que a gente tem e tá construindo aqui nesse espaço.





Aumento no consumo de ultraprocessados e a volta da desnutrição no Brasil

Por Sônia Lucena

Nutricionista, professora aposentada da UFPE e vice-presidenta do Centro Sabiá

Açony Santos/Acervo Centro Sabiá

O Guia Alimentar da População Brasileira considera alimentos ultraprocessados como formulações industriais feitas de substâncias extraídas de alimentos. São eles os óleos, gorduras, açúcar, amido, proteínas - ou derivadas de constituintes de alimentos, ou sintetizadas em laboratório com base em matérias orgânicas, como o petróleo, carvão, corantes, aromatizantes, realçadores de sabor, etc. Diante dessa definição podemos considerar que na realidade os ultraprocessados são produtos e não alimentos, como em geral são comercializados. (Ministério da Saúde, 2006).

Além desses produtos possuírem pouca composição nutricional, eles contribuem para o alto consumo de calorias, tendo efeitos negativos para a saúde. Contribuem para o desequilíbrio do organismo, sendo responsável pelo aparecimento de várias doenças, entre elas estão o sobrepeso e obesidade, hipertensão ou pressão alta, diabetes, osteoporose, quadro de depressão e alguns tipos de cânceres.

O consumo de produtos ultraprocessados aumentou muito no Brasil nos últimos anos, especialmente após a pandemia de covid-19. O enfrentamento inadequado por parte do poder público no atendimento às famílias vulneráveis, associado ao desemprego, a descontinuidade de programas como o Bolsa Família, Programa de Alimentação Escolar e Programa de Aquisição de Alimentos, que atendiam a população teve como consequência o aumento da Insegurança alimentar, registrando em 2022 mais de 50% da população nessa condição. A



escolha para consumir esses produtos se dá especialmente pelo seu menor preço, associado a uma forte publicidade e a alta inflação no preço dos alimentos naturais, levando as famílias a fazerem suas escolhas pelo preço do alimento e não pelas suas qualidades nutricionais.

A desnutrição grave decorrente do empobrecimento das famílias e a deficiente alimentação das mães na gravidez e nos primeiros meses de vida levaram a um aumento do internamento de crianças por desnutrição, fato que já estava superado nos últimos anos. Registra-se também a substituição de alimentos mais nutritivos na

alimentação das crianças (inclusive na alimentação escolar em algumas regiões) por produtos ultraprocessados, contribuindo para o aumento da desnutrição em alguns casos, como também para o aumento do sobrepeso e obesidade. Cabe à sociedade ações estratégicas e urgentes em diferentes níveis de governo para reverter essa situação que compromete a sua nutrição e saúde.





Programa Cisternas resistiu à era Bolsonaro

Por Alexandre Pires

Biólogo, educador popular e coordenador geral do Centro Sabiá

O Programa de Cisternas, iniciativa proposta pela Articulação do Semiárido (ASA) ao governo brasileiro em 1999, e assumido como política pública a partir de 2003, transformou a vida de milhares de famílias agricultoras do Semiárido brasileiro. É considerada uma das principais políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, assegurando o acesso à água para mais de 1,2 milhões de famílias na região.

Água para beber e cozinhar, para produzir alimentos e para garantir o funcionamento de escolas rurais, são algumas das garantias que o Programa Cisternas tem gerado para a população rural do Semiárido. O programa foi reconhecido em 2017 durante a 13ª Convenção das Partes (COP13) da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD) e foi considerada a segunda iniciativa mais importante do mundo no combate à desertificação.

Mas porque um programa que gera impactos tão positivos na vida das pessoas e para o meio ambiente foi praticamente destruído pelo governo Bolsonaro? Ao longo dos seus quatro anos de governo, Bolsonaro e sua equipe desestruturaram um conjunto de programas e políticas públicas de cuidado e proteção ambiental e de proteção dos direitos sociais da população brasileira mais pobre.

A desconstrução do Programa Cisternas se deu a partir de vários aspectos, entre eles o fato do programa ser uma marca dos governos do PT, por ter enfrentado o desafio de garantir o acesso a água para as populações difusas do Semiárido e por ter construído mecanismos de fortalecimento da relação entre estado e sociedade civil. A desconstrução também passa por outros três importantes feitos: a extinção do CONSEA,

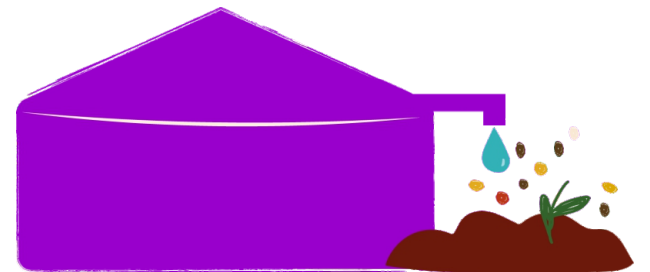
Ana Mendes/Acervo Centro Sabiá



principal espaço de construção das definições orçamentárias para o programa; reduzindo a Secretaria Segurança Alimentar e Nutricional, a quem estava vinculada o programa no antigo MDS, para uma Coordenação Geral no atual Ministério da Cidadania, além de reduzir e desarticular a equipe de gestão do programa; e por fim, reduziu o orçamento destinado ao programa para R\$ 37 mi. - o menor desde 2004. É importante levar em consideração que nem todo o orçamento de 2022 foi executado, tendo sido destinado apenas R\$2,2 mi no orçamento de 2023.

As eleições de 2022, que elegeram Lula, recoloca desde o governo de transição, o Programa Cisternas em um lugar de prioridade diante do

desafio de combater a fome, e avançarmos no atendimento às mais de 350 mil famílias que ainda não têm acesso a água para consumo e mais de 800 mil para produção de alimentos.



DOE AGORA E
TRANSFORME VIDAS



O que esperar de 2023 com o novo governo Lula?

Por Tone Cristiano
Agricultor agroecológico.

Será um ano de realizações! Foram feitas alianças que jamais se imaginariam, na tentativa de amenizar o ódio que se instaurou no Brasil. Para a Agricultura Familiar Agroecológica, eu espero a retomada dos conselhos, fóruns, das conferências municipais, estaduais e federais. Eu espero que o trabalho de quem produz alimento seja valorizado e ações importantes do governo possam impulsionar isso. Podemos mostrar que é possível uma vida digna no campo!

Espero um ministério que trate tudo isso de forma específica de acordo com as realidades de cada território, respeitando sempre a soberania dos povos das matas, dos rios e das florestas. Nós voltaremos a ter o nosso direito de sonhar com coisas simples que vinham sendo conquistadas e que foram interrompidas nos últimos seis anos. Temos uma grande conquista para perseguir em 2023: diminuir a fome no Brasil. Não há condições de encararmos a fome como "normal". Apesar dos desafios que vão vir, nós acreditamos sim, em um Brasil diferente em 2023!

Gabinete do ódio: Fake News e a incitação a violência contra jovens - racismo, machismo, xenofobia e LGBTQIA+fobia

Por Samara Santana

Jovem camponesa e feminista, estudante de Agroecologia pela UFRPE e coordenadora do FOJUPE.

As juventudes viveram os anos mais difíceis das últimas décadas, marcados pelo avanço de opressões como política institucional e retrocessos no campo das políticas públicas. Mesmo quando as ações absurdas do governo Bolsonaro pareciam já ter ar de normalidade, buscamos não normalizar o absurdo. As redes sociais foram impulsionadoras de ambas situações: enquanto o bolsonarismo disseminava suas fake news, pessoas alinhadas ao anti bolsonarismo buscavam desmentir e divulgar as verdades acerca do desgoverno - muitas vezes, cada um em sua bolha. As juventudes são protagonistas no uso de mídias digitais e enfrentamento aos absurdos.

O fascismo "à brasileira" escancarou o que há de pior em nosso país, e o bolsonarismo abriu as portas do ódio utilizando notícias falsas, fundamentalismo religioso e a ideia da defesa da "família tradicional brasileira", modelo excludente, essencialmente cristão, heteronormativo, onde não cabe diversidade, e de preferência de classe média/alta.

Tudo isso desencadeou o agravamento de uma série de violências ocorridas dentro e fora da institucionalidade, violências essas sentidas pelos corpos de mulheres, negras/os, LGBTQIAP+ e indígenas que são alvos da necropolítica.

O engajamento histórico na campanha para emissão de título de eleitor das juventudes até maio de 2022 resultou em mais de 2,1 milhões de jovens entre 16 e 18 anos que se comprometeram com a democracia na participação do processo

Juliana Ribeiro/Arquivo Pessoal



eleitoral. Isso evidencia que as juventudes se importam com o destino da nação, fazendo da insatisfação uma ferramenta essencial de luta. Dada a consciência de nossa ação direta enquanto sujeitos políticos e de direito, somos responsáveis por construir a democracia que queremos, o sistema político que seja verdadeiramente voltado para as necessidades das populações, especialmente a dita minoria, que na realidade configura maioria da população: juventudes e mulheres, camponesas/es, periféricas/os, indígenas, ribeirinhas/os, negras/os, LGBTQIAP+, e demais especificidades que nos torna povo.

Para nós, as interseccionalidades perpassam qualquer construção na sociedade. Se por um lado há um pessimismo e até apatia com relação à política por uma parte das juventudes, por outro lado há uma construção histórica que é baseada na pluralidade, na coletividade e em outras formas de olhar e atuar sobre a realidade.

Nossa insatisfação, por tanto, é com a política, com o sistema econômico e com a estrutura da sociedade atual. Nos manter no mesmo lugar não é opção!



O jornal Dois Dedos de Prosa também está disponível para leitura na versão mobile. Baixe agora em nosso site: www.centrosabia.org.br

